

**HABEAS CORPUS Nº 565.232 - SP (2020/0058001-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDA COSTA TEIXEIRA - SP318411  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS ALBERTO ESTEVAM (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CARLOS ALBERTO ESTEVAM apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0042131-44.2017.8.26.0050).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, I, II e V, por duas vezes, do Código Penal (roubos majorados), à pena de 8 anos, 10 meses e 21 dias de reclusão, no regime inicial fechado.

Interposta apelação pela defesa, foi negado provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 35):

*APELAÇÃO - Roubo majorado (art. 157, §2º, incisos I, II e V do Código Penal) Pretensão à absolvição por insuficiência de provas Inadmissibilidade - Materialidade e autoria delitivas sobejamente comprovadas - Prejuízo sofrido pela vítima que justifica a majoração da reprimenda - Aumento da pena imposta, em razão do concurso de agentes, do emprego de arma de fogo e da restrição da liberdade dos ofendidos Reprimenda corretamente exasperada em 2/5 - Concurso formal de crimes - Recurso não provido.*

Opostos na sequência os embargos de declaração, foram eles rejeitados (e-STJ fls. 47/51).

Alega a defesa, no presente writ, que, "no caso restou pacífico que o paciente subtraiu bens que estavam na posse da mesma vítima Agmaldo dos Santos, motorista do caminhão. Faz-se medida de rigor a reforma da decisão das instâncias inferiores, a fim de reconhecer que a imputação se refere a crime único, inexistindo concurso formal de delitos" (e-STJ fl. 4).

O MPF manifestou-se pelo não conhecimento do writ (e-STJ fls. 57/63).

É, em síntese, o relatório.

O Julgador, ao proferir a sentença condenatória, sobre o concurso de crimes, consignou (e-STJ fls. 16/17):

*Noutro giro, conforme demonstrado no decorrer da instrução, bem como pela prova oral colhida, foram três as vítimas que tiveram seus pertences subtraídos (as mercadorias constantes do caminhão pertencentes a empresa Transportadora Partners, o caminhão pertence à Maria de Fátima, bem como um aparelho celular e a carteira contendo dinheiro da vítima Agnaldo). Embora o réu pudesse não ter ciência de que a carga e caminhão pertenciam a pessoas distintas, por certo, o réu e seus comparsas tinham ciência que com suas condutas estavam atingindo ao menos dois patrimônios distintos, na medida em que ordenaram que o acusado entregasse sua carteira e celular. Em razão disso, forçoso reconhecer que praticaram por duas vezes o crime em questão e não delito único.*

*Os dois delitos de roubo agravado foram praticados mediante uma única conduta e no mesmo contexto fático, o que leva ao reconhecimento do concurso formal, conforme previsto no artigo 70 do Código Penal.*

*Neste ponto, diante do número de crimes cometidos (dois delitos), a pena deverá ser aumentada de 1/6 (um sexto).*

Na mesma linha, o Tribunal de origem afastou a tese de crime único (e-STJ fl.40):

*Ainda na terceira etapa, a alegação de que houve crime único não socorre o apelante, porquanto houve violação a patrimônios jurídicos distintos em uma só ação, de modo a se configurar o concurso formal previsto no artigo 70, “caput”, do Código Penal, consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do HC nº 319513, Relator ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, datado de 07/04/2016. Assim, mantem-se as penas de um dos delitos, majorando-as em 1/6, devido à prática de dois crimes de roubo, perfazendo 8 (oito) anos, 10 (dez) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão, as quais se tornam definitivas, por não existirem outras causas modificativas.*

Verifica-se que a instância ordinária concluiu pela existência de 2 (dois) delitos de roubo, praticados em concurso formal, haja vista que, ao menos duas foram as vítimas da empreitada delitiva, a empresa proprietária da carga/proprietária do caminhão e o condutor do caminhão.

Essa orientação, a meu ver, revela-se adequada, visto que é possível afirmar, no caso em exame, que o acusado tinha o conhecimento de que o condutor do veículo (caminhoneiro) – cujos bens pessoais foram subtraídos – não era o proprietário tanto do caminhão como da carga que transportava.

Assim, havendo duas vítimas da mesma ação delitiva, justificada se revela a aplicação da regra do concurso formal.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO TRIPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. ART. 157, § 2º, I, II E V, CP. PLEITO DE AFASTAMENTO DO CONCURSO FORMAL E RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO.*

*INVIABILIDADE. DIVERSIDADE DE VÍTIMAS. SUJEITO PASSIVO.*

*PROPRIETÁRIO, POSSUIDOR OU PESSOA QUE SOFRE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. TUTELA DO PATRIMÔNIO, BEM COMO DA LIBERDADE E DA INTEGRIDADE FÍSICA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ART. 288, PÁR. ÚNICO, CP. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. ELEVADO NÚMERO DE AGENTES. ALTO GRAU DE ORGANIZAÇÃO E COMPLEXIDADE. ATUAÇÃO EM DIVERSAS CIDADES. FUNDAMENTO IDÔNEO PARA O AUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Roubo planejado com o fim de subtrair dois caminhões e suas respectivas cargas de combustível de empresa transportadora. No curso da ação, foram roubados, também, pertences e valores dos funcionários da empresa, que dirigiam os veículos.*

*2. O entendimento deste Superior Tribunal é no sentido de que, sendo subtraídos bens pertencentes a várias vítimas distintas, nada obstante a ação acontecer no mesmo contexto fático, caracteriza-se a pluralidade de delitos, em concurso formal, nos moldes do art. 70 do Código Penal.*

*3. Levando-se em consideração que dois bens jurídicos são tutelados pelo tipo penal do artigo 157, CP, a saber, o patrimônio do proprietário da coisa e a integridade física do que sofre a violência ou a grave ameaça, não há ilegalidade em se considerar como vítimas do crime de roubo tanto o proprietário do bem como o seu detentor (quando a ação delitiva se dirige diretamente contra este último e não contra aquele).*

*4. Tendo em vista que o patrimônio (de valor considerável, enfatize-se) da transportadora foi subtraído, mediante grave ameaça dirigida contra o detentor da coisa, não há como excluí-la do rol de vítimas do crime sem que se incorra em grave erro. Por esse motivo, conclui-se que, inegavelmente, três foram as vítimas da única ação do réu.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*5. Constitui fundamento idôneo para a exasperação da pena-base do crime de associação criminosa a menção a circunstâncias concretas do crime, como o grande número de integrantes, alto grau de organização e complexidade, atuação em diversas cidades e rodovias por longo período de tempo e movimentação de cargas e valores elevados.*

*6. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 1193257/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018)

Ante o exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator